

**A vida instável dos conceitos:
transformação e comparação, uma
contribuição americanista – Apresentação
ao artigo traduzido de Eduardo Viveiros de Castro**

Diógenes E. Cariaga¹
Universidade Federal de Santa Catarina

CARIAGA, Diógenes E. **A vida instável dos conceitos: transformação e comparação, uma contribuição americanista – Apresentação ao artigo traduzido de Eduardo Viveiros de Castro.**
Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 5 (10): 241-246, agosto a dezembro de 2018. ISSN: 2358-5587

ACENO

¹ Doutor em Antropologia pelo PPGAS/UFSC. Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de Povos Indígenas (UFSC), INCT Brasil Plural e ao Grupo de Pesquisa Etnologia e História Indígena (UFGD).

A etnologia indígena produzida sobre os coletivos das terras baixas da América do Sul vêm desde a década de 1970 produzindo um conjunto de recursos analíticos, metodológicos e teóricos amparados numa revisão de conceitos sustentados por pesquisas etnográficas que procuraram demonstrar a especificidade da vida social ameríndia. Debates e sínteses que se dedicaram a refletir sobre questões como o tempo, o espaço, o parentesco e a corporalidade indicaram perspectivas etnográficas que tinham como foco e atenção as teorias indígenas sobre si e suas relações.

Neste contexto a produção de Eduardo Viveiros de Castro ocupa uma posição central (em conjunto com outras etnólogas e etnólogos)² na renovação de paradigmas não apenas para a etnologia indígena, mas também para outras discussões temáticas da Antropologia. Trazer ao público a tradução deste artigo implica em um duplo movimento: um é tornar mais acessível a discentes que ingressam cada vez mais nas universidades em cursos de graduação e pós-graduação, através de políticas de ação afirmativa e que não puderam em sua trajetória estudantil acessar cursos de línguas estrangeiras a possibilidade de lerem este texto fundamental a contribuição americanista para a teoria antropológica. Deste modo, o segundo movimento é político e conceitual, pois a tradução para a língua portuguesa do texto de Viveiro de Castro (2004) compõe o projeto antropológico do autor de colocar a reflexão antropológica a favor de uma reconceitualização radical sobre o que seja o social, colocando no centro da teoria antropológica as relações e suas variações para demonstrar a multiplicidade de pontos de vistas desestabilizando divisores canônicos como natureza e sociedade, assim como nós e eles.

Na formulação multinaturalista de Viveiros de Castro (2002^a, 2002^b) ontologias indígenas são estruturais na possibilidade de operar uma reviravolta na discussão antropológica, apostando na potência desestabilizadora do pensamento indígena frente aos divisores disciplinares que produzem regimes de conhecimentos assimétricos por meio de descrições sobre transformações e reflexões dos conceitos indígenas: *meu objeto são os **conceitos indígenas**, os mundos que eles constituem (mundos que assim **os** exprimem), o fundo virtual onde eles procedem e que eles pressupõem. Os conceitos, ou seja, as idéias e os problemas da 'razão indígena', não suas categorias do 'entendimento'* (VIVEIROS DE CASTRO, 2002b: 124-125).

Ao colocar como regras do jogo antropológico as relações entre os modos de conceituar o mundo entre antropólogos e nativos, pressupondo que ambas as perspectivas produzem sentidos sobre a existência e as diferenças entre os modos de estar no mundo, sem equivalê-las. A descrição multinaturalista procurar tornar as multiplicidades produzidas por formas e conceitos homonímicos que asseguram seguir adiante no projeto comparativo da teoria antropológica, destacando a escrita etnográfica como uma prática de conhecimento que se realiza pela transformação e tradução entre perspectivas.

A formulação conceitual em torno do perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 1996; LIMA, 1996) produziu efeitos que demandaram ajuste do próprio vocabulário antropológico, reconhecendo que um dos desafios dados a Antropologia habita a vizinhança do que Strathern situa como efeito na política

² Para mais informações sugiro a leitura de Viveiros de Castro (2012).

da escrita antropológica: reconhecer que a complexidade dos conceitos etnográficos é a condição que eles habitam dois lugares (no mínimo) ao mesmo tempo (1999, 2014). De modo análogo, Viveiros de Castro ao propor a equivocação controlada, reafirma uma aliança teórica que procurar dar relevo com a impossibilidade de cessar a variação e a transformação conceitual quando tais observações são produzidas por pesquisas etnográficas que apontam que no pensamento indígena as relações que configuram o “mundo do social” são produzidas por conjunções e disjunções incessantes, que recusam a tradução em termos sinonímicos, mas que se abre para uma antropologia interessada na mediação imanente, a dupla diferença que se recusa a incessantemente ao império do Um (CLASTRES, 2003).

Uma das chaves possíveis de se mobilizar através do conceito de equivocação controlada é a tarefa de multiplicar as redes e as relações possíveis através do modo como nomeamos coisas diferentes pelo mesmo termo e, pelo mesmo termo, nomeamos coisas diferentes. Nestes jogos, a antropologia é pensada como um modo de comparar relações através de figuras e conceitos nativos que apontem para impossibilidade de fixar os modos ameríndios de existência em questões que aprisionem a multiplicidade de entes, paisagens, artefatos ao limite da identidade. Assim, ainda é importante frisar que a comparação não é uma transliteração, pois a tradução aqui implica em transformações de perspectivas, as “nossas” e as “deles”, já que o movimento pretendido através da equivocação controlada é dar relevo de que estamos no terreno onde uma suposta continuidade ontológica só pode existir à medida que se possam demonstrar as formas múltiplas de se fazer e desfazer relações no mundo ameríndio.

O conceito de equivocação controlada emerge como um efeito da teoria do perspectivismo ameríndio e do multinaturalismo para se problematizar um método para Antropologia que considere a potência da tradução-como-transformação³ e vice-versa, pois o chão onde isto se realiza são as formas mais simétricas e relacionais entre antropologias, em que a tradução ocorre no entre dois, na inter-relação entre campo e escrita, em que aliar as alternâncias e justaposições produzidas através da pesquisa de campo nos conduz uma teoria etnográfica das relações (STRATHERN, 2014). Os conceitos agem através de outros conceitos, devido a isto a atenção comparativa as metáforas, homonímias e analogias nos guiam ao campo em que é necessário fazer e desfazer dualismos para que seja possível ver na descrição de partes das relações os agenciamentos e as disputas de ontologias engajadas nas perspectivas, pois como adverte Viveiros de Castro (2019) *controlar esta comparação tradutiva entre antropologias é precisamente no que consiste a arte da antropologia*.

O perspectivismo ameríndio não é uma ontologia, mas procura modos para descrever ontologias ameríndias, tateando outras e novas formas etnográficas de realizar tal empreendimento. Neste sentido, estratégias textuais, discursivas e descritivas que se interessem por simetrizações, reversibilidades e invenções capazes de fazer possível “ver” modos múltiplos de (r)existir aprofunda o projeto de

³ Esta grafia hifenizada alude ao desejo manifesto por Calávia Saéz (2013: 207) em torno de um projeto ambicioso de uma antropologia minimalista: “A ambição da antropologia-como-etnografia consiste na sua aspiração a descobrir novos objetos. Esses objetos são, em termos gerais, feixes de relações entre sujeitos, objetos, interpretações, teorias (modos diversos de denominar esses pontos entre os que as redes são traçadas) que mudam constantemente, dando lugar de fato a objetos novos. Por isso “descobrir”: a velocidade dessa produção desencoraja no pesquisador a “invenção” propriamente dita. A antropologia é uma ciência dos possíveis humanos, que obviamente se detectam a partir do trato com a humanidade - de onde o teor empírico da disciplina; e uma certa radicalidade desse empirismo. Porque não se trata de apoiar com dados empíricos uma teoria, mas de localizar na experiência esses objetos, que têm para a antropologia-etnografia o valor que os teoremas têm para outras ciências. Os possíveis, aliás, são inumeráveis mas não infinitos: se a antropologia é uma ciência, e não uma fé humanista, é porque a pesquisa dessas possibilidades se faz sempre contornando os terrenos do impossível, ou do impossível”.

descolonizar a antropologia de seus próprios cânones, pois se o que torna proeminente a agência do pensamento indígena é sua qualidade de manter-se constantemente contra as formas de homogeneização, transformar o pensamento indígena em conceitos, que a equivocação controlada estabelece que as diferenças não existem no singular, mas sempre no plural, reconhecer este lugar pode nos conduzir a fazer da antropologia um idioma que só pode ser compreendido como (cosmo) político.

A equivocação controlada é lugar habitado duplamente, como dobra ameríndia ao *double-bind* batesoniano (2002), pois é sempre produzida entre dois ou mais sujeitos que reivindicam para si a exclusividade do ponto de vista. Entretanto, o “enquadre ameríndio” não está no indivíduo. Pois, como bem refletiu Ailton Krenak (2018) nem sempre a história social dos brancos captura as invenções indígenas já que a equivocação opera através de capacidades de comunicação entre disjunções e intervalos, nos quais seria um erro presumir que a existência ou reconhecimento incorreriam em formas de “explicação real do sentido das palavras” em uma tentativa de buscar um genitivo da tradução (ZEA, 2008), a existência de conceitos an(*tropo*)lógicos já denota o reconhecimento de versões que asseguram a capacidade de extensão e transformação, se aproximando da dialética wagneriana em que o *tropo* colapsa (obvia) os modos de simbolização, eclipsando as diferenças entre a diferenciação e convencionalização.

Neste sentido, a aposta desta antropologia não é nem na continuidade e nem na ruptura histórica, mas volta ao que já havia sido anunciado por Lévi-Strauss sobre a noção de transformação (1990: 146-147):

Ora, a noção de transformação é inerente à análise estrutural. Diria, até, que todos os erros, todos os abusos cometidos, sobre ou com a noção de estrutura, provêm do fato de que seus autores não compreenderam que é impossível concebê-la separada da noção de transformação. A estrutura não se reduz ao sistema: conjunto composto de elementos e de relações que os unem. Para que se possa falar de estrutura, é necessário que entre os elementos e as relações de vários conjuntos surjam relacionamentos invariantes, de tal forma que se possa passar de um conjunto a outro por meio de uma transformação.

O limite da extensão dos equívocos ocorre quando tentamos fixá-los em perspectivas de caráter multiculturalista, isto é, aquelas que sustentam o divisor natureza e sociedade, que reduz a complexidade as relações, reificando-as, como nos adverte Strathern (2014): dar fim as relações como transformações extensivas envoltas na noção de pessoa, reduzindo a comunicação entre diferenças a índices para “verificar” a cultura. A proposição do perspectivismo ameríndio enquanto uma agenda borre o multiculturalismo do pensamento não indígena, passa por fazer se tornar visível uma multiplicidade pretendida através da descrição e não da prescrição sobre o que seja o social, numa tentativa de dissolver mal entendidos, pois como escreve Viveiros de Castro neste texto aqui apresentado *traduzir é situar a si mesmo no espaço da equivocação e ali habitar*.

A equivocação controlada avança em levar a sério a diferenças entre as diferenças nos corpos das espécies, pois parte de uma premissa em que *o perspectivismo supõe uma epistemologia constante de ontologias variáveis* (VIVEIROS DE CASTRO, 2019). A variação ontológica pode ser produto e produtora daquilo que singulariza a existência ameríndia a inconstância e instabilidade em ser humano, animal ou deus, pois um mundo habitado por tanto desejos, afetos e devires, um sujeito só pode existir no coletivo, como afirma Ailton Krenak (2018):

Sacar uma biografia de um ambiente desses é uma maneira de iluminar todo esse ambiente e projetar sentido na vida de todo mundo; nossos avós, tios, pais, dos nossos irmãos, dos colegas de infância. É uma nave. É uma constelação de seres que estão

viajando e transitando no mundo, não no da economia e das mercadorias, mas no mundo das vidas mesmo, dos seres que vivem e experimentam constante insegurança. É como se essas mentalidades, essas pessoas precisassem ter um mundo dilatado para poderem experimentar sua potência de seres criadores. Pessoas que cresceram escutando histórias profundas que reportam eventos que não estão na literatura, nas narrativas oficiais, e que atravessam do plano da realidade cotidiana para um plano mítico das narrativas e contos. É também um lugar da oralidade, onde o saber, o conhecimento, seu veículo é a transmissão de pessoa para pessoa. É o mais velho contando uma história, ou um mais novo que teve uma experiência que pode compartilhar com o coletivo que ele pertence e isso vai integrando um sentido da vida, enriquecendo a experiência da vida de cada sujeito, mas constituindo um sujeito coletivo.

Recebido em 31 de maio de 2019.

Aprovado em 10 de junho de 2019.

Referências

BATESON, Gregory. Uma teoria da brincadeira e da fantasia. In: *O discurso em mosaico – Cadernos do IPUB/Instituto de Psiquiatria, UFRJ*. Rio de Janeiro, nº5 (2), 2000, p. 35-49.

CALAVIA SAÉZ, Oscar. *Esse obscuro objeto da pesquisa. Um manual de métodos, técnicas e teses em Antropologia*. Ilha de Santa Catarina, Edição do autor, 2013.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

KRENAK, Ailton. A potência do sujeito coletivo – Parte I. *Revista Periferias*. Rio de Janeiro, n. 2, vol. 2, 2018. Disponível em <http://revistaperiferias.org/>, acessado em 27/05/2019.

LIMA, Tânia S. O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi. *Mana: Estudos em Antropologia Social*. Rio de Janeiro. PPGAS/MN/UFRJ, nº 2(2), 1996, 21-47.

LÉVI-STRAUSS, Claude e ERIBON, Didier. *De perto e de longe*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1990.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo. Cosac & Naify, 2014, p. 345-406.

_____. No limite de uma certa linguagem (Entrevista). *Mana: Estudos em Antropologia Social*. Rio de Janeiro. PPGAS/MN/UFRJ, nº 5(2), 1999, p. 157-175.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Transformação” na Antropologia, transformação da “Antropologia”. *Mana: Estudos em Antropologia Social*. Rio de Janeiro. PPGAS/MN/UFRJ, nº 18 (1), 2012, p. 151-171.

_____. “Perspectival Anthropology and the method of controlled equivocation”. *Tipiti (Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America)*. 2 (1), 2004, p. 3-22.

_____. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. In: *A instância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2002^a, p. 345-400.

_____. O nativo relativo. *Mana: Estudos em Antropologia Social*. Rio de Janeiro. PPGAS/MN/UFRJ, n° 8(1), 2002^b, p. 113-148.

_____. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana: Estudos em Antropologia Social*. Rio de Janeiro. PPGAS/MN/UFRJ, n° 2(2), 1996, 115-144.

ZEA, Evelyn M. S. O genitivo da tradução. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, n° 1, vol. 3, 2008, p. 65-77.